

Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas



Fonte: Site da CM de Vendas Novas

Fase 3 | Proposta de Plano

Volume IV - Resumo Não Técnico da AAE

Versão para Discussão Pública

Esta página foi deixada em branco propositadamente

ÍNDICE

1. COMO SE ORGANIZA O RESUMO NÃO TÉCNICO?.....	5
2. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?.....	6
3. COMO SE PROCESSA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?	9
4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL E A EVOLUÇÃO PREVISTA NA AUSÊNCIA DO PLANO?.....	10
5. QUAIS OS EFEITOS DO PLANO E RECOMENDAÇÕES?.....	15
6. QUAIS AS RAZÕES QUE JUSTIFICAM AS ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS?	19
7. COMO É MONITORIZADA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?.....	20
8. QUAIS AS CONCLUSÕES FINAIS?	23

INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO E AUTORES

Cliente	Câmara Municipal de Vendas Novas
Referência do Projeto	P075
Descrição do Documento	Volume IV – Resumo Não Técnico da AAE
Fase	3 – Proposta de Plano
Versão	Discussão Pública
Referência do Ficheiro	P075_PDM_F3_VOL_III_RNT.docx
N.º de Páginas	23
Autores	Ana Rita Marina Andreia Chora Romana Rocha
Outras Contribuições	
Diretor de Projeto	Romana Rocha
Data	31 de julho de 2024

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Versão	Fase	Data	Descrição
	Fase 3	20 de novembro de 2023	Alterado de acordo com os pareceres da 2.ª CC



1. COMO SE ORGANIZA O RESUMO NÃO TÉCNICO?

No presente Resumo Não Técnico pretende-se apresentar sinteticamente o processo de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas.

A legislação em vigor determina que os Planos Diretores Municipais sejam acompanhados por um Relatório Ambiental que identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

O presente documento organiza-se da seguinte forma:

- No capítulo 2, é apresentado o objeto de avaliação, ou seja a Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas.
- No capítulo 3, é apresentada a forma como se processa a avaliação ambiental estratégica, indicando os temas fundamentais para a decisão ou fatores críticos de decisão.
- No capítulo 4, é sintetizada a primeira etapa da avaliação ambiental considerando os temas fundamentais identificados, e que consiste na caracterização da situação atual e evolução esperada na ausência da Revisão do Plano Diretor Municipal.
- No capítulo 5, procede-se à identificação dos efeitos decorrentes da implementação do plano, e consequentes recomendações, considerando os temas fundamentais identificados.
- No capítulo 6, são apresentadas as razões que justificaram as alternativas escolhidas.
- No capítulo 7, é apresentada a monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica.
- No capítulo 8, são apresentadas as conclusões finais.

2. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O objeto da Avaliação Ambiental Estratégica é a Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas, iniciada em 2020.

A Avaliação Ambiental Estratégica foi desenvolvida de forma articulada com a elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal, com o objetivo de facilitar a sua formulação e contribuir para a integração das considerações de natureza ambiental e a prossecução de objetivos de sustentabilidade.

A Proposta em avaliação assenta em três grandes Orientações Estratégicas, que se consubstanciam num conjunto de objetivos:

- Requalificação urbana, ambiente e sustentabilidade:
 - Apostar na reabilitação urbana e ambiental, através de intervenções integradas de requalificação do espaço público, de criação de novos espaços verdes, de reabilitação do património edificado e de redesenho da cidade, numa abordagem que integre as preocupações atuais associadas, designadamente a qualificação ambiental e adaptação às alterações climáticas, tornando o centro mais atrativo para o investimento e para habitar.
 - Afirmar uma estratégia objetiva para a implementação de uma mobilidade suave, em linha com o Plano de Mobilidade Sustentável, através, entre outros, da qualificação dos percursos pedonais e cicláveis, e da criação de uma rede de percursos acessíveis, enquadrada na estrutura ecológica urbana.
 - Considerar a eficiência energética nas opções de povoamento, de mobilidade e de classificação e qualificação do solo, favorecendo a redução das necessidades de deslocação e fomentando novas formas de mobilidade sustentável.
 - Apontar para uma gestão do território que considere as mais valias da Estrutura Ecológica Municipal, nomeadamente no que se refere à conservação da água (Ribeira de Canha, Ribeira da Marateca e Ribeira da Landeira) e do solo, e atendendo à presença da ZEC do Estuário do Sado.
- Acolhimento e promoção das atividades económicas e inovação:
 - Potenciar a localização estratégica de Vendas Novas, claramente evidenciada no PROT, tornando-a mais qualificada e atrativa para o investimento.
 - Concluir a revisão do Plano de Pormenor do Parque Industrial, adaptando os índices e parâmetros urbanísticos às necessidades atuais, bem como atraindo novas atividades.
 - Flexibilizar as possibilidades de localização de empresas no território municipal.
 - Valorizar e potenciar o desenvolvimento do sector primário, atribuindo um papel fundamental às atividades da economia da floresta, e às novas formas de agricultura.
 - Promover a captação de investimento relacionado com o conhecimento e inovação, dadas as excelentes condições territoriais (qualidade de vida urbana e ambiental e proximidade a Lisboa).
- Afirmação, protagonismo e urbanidade da Cidade:



- Promover a afirmação de Vendas Novas: de lugar histórico e remoto de passagem a lugar de estadia e a cidade.
- Potenciar a inversão do sentido predominante de lugar de passagem, para o sentido de estadia e permanência. Neste quadro o desenho da cidade no seu todo abrangente, do núcleo central à cintura periférica, deve privilegiar as relações socioculturais, os valores locais, as novas políticas urbanas de valorização da sustentabilidade ambiental do território, mas também a afirmação do seu potencial de criação de valor, bem estar social e inteligência inerentes a uma ideia positiva de cidade integradora e criativa.
- Qualificar a cidade de Vendas Novas, tornando a cidade atrativa pela regeneração do espaço público, com clara aposta na requalificação ambiental, criando uma nova identidade para a cidade, avaliar os parâmetros urbanísticos por forma a permitir uma maior compactação da cidade.
- Afirmar uma cultura de planeamento, com vista a sinalizar estabilidade e futuro ao nível do investimento, dotando o município dos instrumentos de gestão territorial necessários, apostando, posteriormente, nos processos de monitorização, como forma de os manter atualizados, enquadrando:
- Estruturação urbanística da Cidade de Vendas Novas que, como sede de concelho protagoniza uma dimensão funcional e simbólica ímpar, requerendo uma estruturação urbanística exigente face às dinâmicas económicas e sociais, implicando para tal uma valorização do desenho e planeamento urbanístico como suporte único;
- A aferição e avaliação dos índices e parâmetros definidos no PDM, que garanta, uma maior compactação da cidade e uma distribuição equilibradas dos usos e atividades.

Na definição da Estratégia da Revisão do PDM , foram adotadas três escalas de abordagem, a saber:

- A escala estratégica - metropolitana estrutura e redes (viárias e núcleos urbanos):
 - Apresenta o ordenamento de Vendas Novas (Cidade-Concelho) numa escala de influência alargada, perspetivando o crescimento e o seu posicionamento regional (e nacional) como porta de entrada na AML e no Alentejo.
- A escala instrumental - expansão e forma - Frente Sul +:
 - Apresenta uma abordagem integrada e planeada de toda a frente sul da cidade integrando uma área alargada (onde estão presentes os dois Instrumentos de Gestão Territorial, em vigor dentro da cidade) bem como toda a área envolvente, que permitirá assegurar a revisão e a alteração da estrutura viária e a articulação do conjunto nas suas diversas valências.
- A escala operativa - requalificação e regeneração – Centro:
 - Apresenta um conjunto de propostas concretas incluindo, entre outras, a criação de uma centralidade urbana de referência para Vendas Novas, o ordenamento para a zona de Foros de Misericórdia, a articulação com a ELH e ARU, a relevância dada à grande praça pública, etc.

Face ao exposto, foram identificadas, no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, as seguintes Questões Estratégicas da Revisão do Plano Diretor Municipal:

- **QE 1 - Requalificação urbana, ambiente e sustentabilidade**, tornando a cidade mais atrativa, através de intervenções integradas de requalificação do espaço público e de valorização do património tendo como base conceitos de sustentabilidade e de eficiência energética, articulando-se com a presença da ZEC do Estuário do Sado.
- **QE 2 - Acolhimento e promoção das atividades industriais e da inovação**, em particular através da Revisão do Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas, mas também das indústrias compatíveis com o solo rústico, ou inseridas no tecido urbano.
- **QE 3 - Afirmação, protagonismo e urbanidade da Cidade**, através de ações e de medidas que visem a afirmação da cidade como local de estadia e permanência ao invés de local de passagem.



3. COMO SE PROCESSA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

No âmbito da avaliação ambiental estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas foram propostos os seguintes Temas Fundamentais para a Decisão ou Fatores Críticos de Decisão, sendo estruturados num conjunto de critérios de avaliação:

- **Preservação dos Valores Ambientais, Patrimoniais, Naturais e Paisagísticos** visa avaliar a forma como a Revisão do Plano Diretor Municipal responde aos objetivos de preservação desses elementos, em particular da qualidade ambiental, património e valores naturais.
 - Critérios de avaliação: Qualidade ambiental; Património; Valores Naturais e Paisagísticos
- **Afirmção e Valorização Urbana** pretende avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no Plano Diretor Municipal poderá contribuir para a afirmação da cidade de Vendas Novas, em articulação com a restante rede urbana, assegurando uma melhor oferta habitacional e de equipamentos e serviços, e contribuindo, simultaneamente, com uma resposta aos problemas associados ao despovoamento e envelhecimento da população.
 - Critérios de avaliação: População; Habitação e Requalificação Urbana; Equipamentos.
- **Dinamização Económica** pretende avaliar em que medida as propostas da Revisão do PDM contribuem para a criação de condições de reforço da estrutura económica do concelho, considerando a oferta de espaços de acolhimento empresarial, o potencial de crescimento agrícola das áreas peri-urbanas, a atividade silvícola, e o desenvolvimento do turismo.
 - Critérios de avaliação: Espaços de Atividades Económicas e Infraestruturas de Apoio; Economia Rural; Turismo; Potencial Humano.
- **Prevenção de Riscos e Mitigação das Alterações Climáticas** visa avaliar a forma como a Revisão do PDM responde ao novo desafio imposto pelas alterações climáticas, ao mesmo tempo que contribui para a prevenção dos riscos naturais e tecnológicos presentes no concelho.
 - Critérios de avaliação: Riscos Naturais e Tecnológicos; Alterações Climáticas.

Estes Temas Fundamentais para a Decisão (e respetivos objetivos) serão utilizados para balizar a avaliação ambiental, procedendo-se à identificação dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação atual e evolução prevista na ausência de Plano e identificação de problemas ambientais. É de notar que os temas fundamentais para a decisão ou Fatores Críticos de Decisão não pretendem descrever de forma exaustiva a situação atual e tendencial, mas sim destacar os aspetos críticos relevantes para o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica, que permitam avaliar a sustentabilidade das propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas, contribuindo para a tomada de decisão.
- Abordagem dos efeitos decorrentes da implementação do plano, que é efetuada através da análise das oportunidades e dos riscos decorrentes da Revisão do Plano Diretor Municipal, avaliando os potenciais efeitos decorrentes da implementação da estratégia. É apresentada a proposta de medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos no ambiente, ou seja recomendação de um conjunto de medidas para a concretização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas que se articulam com as orientações decorrentes da avaliação ambiental estratégica.

4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL E A EVOLUÇÃO PREVISTA NA AUSÊNCIA DO PLANO?

Preservação dos Valores Ambientais, Patrimoniais, Naturais e Paisagísticos

No que respeita a qualidade ambiental, na ausência de plano deverá ocorrer uma degradação dos recursos ar e água, aumento da produção de resíduos e do ruído

O concelho de Vendas Novas está integrado em duas regiões hídricas distintas, nomeadamente: bacia hidrográfica do Tejo (RH5) e bacia hidrográfica do Mira (RH6), sendo que em ambos os Planos de Gestão são identificadas as principais fontes de poluição, designadamente: águas residuais, aterros e lixeiras (encerradas e abertas), indústria transformadora, aquicultura e indústria extrativa, agricultura e campos de golfe.

O concelho exhibe um predomínio dos dias com qualidade do ar “Muito Bom”.

No que concerne à qualidade do ambiente sonoro no concelho, e tendo por base o Mapa de Ruído, são identificadas 3 tipologias de fontes de ruído (i.e. rodoviário, ferroviário e industrial) que se desdobram, posteriormente em 10 principais fontes de ruído, nomeadamente, A2, A13, A6, EN4, EN380, EN251-1, linha ferroviária do Alentejo, linha ferroviária de Vendas Novas e ligação a Bombel, Parque Industrial e outros espaços industriais.

Relativamente à produção e recolha de resíduos urbanos no ano de 2020, apenas 24% do total de resíduos recolhidos, são recolhidos de forma seletiva.

No que respeita o património, o concelho conta apenas com dois elementos patrimoniais classificados de valor arquitetónico, são eles o Conjunto de Monte Velho do Outeiro (Imóvel de Interesse Público) e o Palácio Real de D. João V (Monumento de Interesse Público, que inclui a Capela), não havendo qualquer elemento em vias de classificação. Verifica-se que também não existem sítios arqueológicos inventariados no Portal do Arqueólogo,

Mas existem outras referências a património edificado (não classificado) como o o Palácio e Capela do Vidigal (séc. XIX) e um conjunto de capelas e igrejas que datam desde o século XVI, entre outros imóveis notáveis do concelho.

Na ausência do plano o concelho perde a oportunidade de dinamizar o imaginário em torno dos seus elementos patrimoniais classificados, bem como a possível valorização do restante património de interesse existente.

Por fim no que respeita os valores naturais e paisagísticos, assinala-se que apenas 2,7% da área do concelho encontra-se integrada em Rede Natura como Zona Especial de Conservação (ZEC) - PTCON0011 Estuário do Sado, que se traduz em 604 ha ocupados no extremo sul do concelho.

Na base da criação desta Zona Especial de Conservação esteve a presença de extensas áreas de habitats estuarinos, com uma envolvente constituída por áreas de uso agro-silvo-pastoril de baixa intensidade. Para além dos habitats de sapal e dos habitats dunares (que apenas ocorrem a poente do concelho de Vendas Novas) destaca-se a presença de habitats dulçaquícolas.

No que respeita à fauna a designação desta ZEC deve-se sobretudo à presença de um conjunto de espécies, mas apenas a lontra e o rato-de-Cabrera deverão ocorrer na área do concelho de Vendas Novas.



Com base nos trabalhos desenvolvidos pela Equipa responsável pela Revisão do PDM foi possível obter um retrato mais fiel à escala do concelho, em termos de habitats da Diretiva Habitats e de espécies de fauna e flora com valor de conservação, tendo sido identificadas:

- cinco tipologias de vegetação com correspondência para 15 habitats definidos no anexo B-I da Diretiva Habitats;
- 20 espécies de flora com valor de conservação, RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas, Ameaçadas ou em Perigo de Extinção);
- 75 espécies de fauna de ocorrência confirmada.

Na ausência da revisão do plano o Município abdicará da realização de um diagnóstico sobre a realidade atual do concelho, não se permitindo regulamentar, de forma adequada ao desenvolvimento do território, os usos e ocupação do solo. Consequentemente, perder-se-á a oportunidade de fazer uma melhor gestão dos corredores ecológicos e valores naturais presentes no município.

Também a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional em vigor apresentam-se desatualizadas face aos novos regimes, mas no caso da Reserva Ecológica Nacional encontra-se já em curso uma nova delimitação, num processo independente da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Afirmação e Valorização Urbana

No que respeita a população, na ausência de Plano, à semelhança do que tem vindo a ser registado em todo o país, a perda populacional não só terá continuidade como assumirá valores cada vez mais preocupantes, chegando mesmo a comprometer a renovação geracional e, consequentemente, a existência de recursos humanos ativos capazes de dinamizar a sociedade. Tendencialmente, a população ativa existente irá concentrar-se cada vez mais no principal aglomerado do concelho (onde se concentra o emprego e serviços), agravando o isolamento da população idosa não residente da sede de concelho. Acresce o facto de, com a nova distribuição populacional, todas as infraestruturas, estruturas, serviços e equipamentos ao serviço dos habitantes poderem ficar desadequadas e ineficientes.

Embora haja um saldo migratório positivo, muito devido à proximidade da capital do país, este não tem capacidade para reverter o comportamento negativo do crescimento efetivo.

Em termos de habitação e requalificação urbana, mantendo as tendências apresentadas até ao momento, os alojamentos vagos irão assumir cada vez mais um maior peso no concelho. Assim, assistir-se-á a um progressivo abandono do edificado existente, paralelamente ao crescimento de novas construções.

A cidade de Vendas Novas conta com uma Área de Reabilitação Urbana com 162,1 hectares. Mas apesar da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Vendas Novas e do investimento público, na área central, os projetos privados de reabilitação não têm acompanhado esta dinâmica municipal.

Quanto aos equipamentos, relativamente às respostas de apoio à 3.^a idade, trata-se de um cenário com poucos recursos para o aumento que a procura terá a médio e longo prazo, traduzindo-se, cada vez mais, na sobrelotação dos respetivos serviços, do qual é exemplo o centro de convívio da

Associação de Solidariedade Social Renascer de Bombel. Atualmente, praticamente todas as estruturas residenciais para pessoas idosas existentes no concelho estão lotadas, não podendo ser opção num futuro próximo.

Na ausência do plano, o concelho deparar-se-á com significativos constrangimentos na oferta de qualidade de vida à população mais idosa e, conseqüentemente, irá assistir ao agravamento de problemas sociais como a segregação da população mais vulnerável e em situações de maior risco de pobreza.

Dinamização Económica

No que respeita Espaços de Atividades Económicas e Infraestruturas de Apoio, o concelho de Vendas Novas, em 2019, contava com 1 321 empresas que, no seu conjunto, empregavam 3 762 indivíduos e totalizam cerca de 70 199 752€ de valor acrescentado bruto (VAB). O principal polo de emprego e investimento no município é, sem dúvida, o parque industrial que nesse mesmo ano albergava 70 empresas tendo, assim, uma taxa de ocupação de 67,9%.

Na ausência do plano o Município correrá o risco de assistir à perda de relevância económica e social do seu parque industrial no contexto local e regional, independentemente de se encontrar em curso a Revisão do Plano de Pormenor do Parque Industrial de Vendas Novas. Acresce o facto de o plano dar enquadramento para a integração de um terminal ferroviário de mercadorias no concelho, que não só iria facilitar o transporte de mercadorias como desviaria parte do tráfego de veículos pesados da rede rodoviária municipal.

No que respeita a economia rural, assinala-se o grande peso da ocupação florestal - cerca de 31,96% da área total do concelho destina-se a florestas de produção (pinheiro e eucalipto), enquanto 38,8% é ocupado por montado (sobreiro, azinheira e sistemas agro-florestais).

Na ausência do plano o Município perde a oportunidade de potenciar a atividade agrícola, bem como as atividades complementares a esta. Sem a valorização das atividades rurais por parte da administração pública, neste caso o Município, é provável que se registre um abandono gradual destas atividades, nomeadamente por parte da população mais jovem.

Por sua vez, tão importante quanto potenciar o valor agrícola do concelho é salvaguardar os constrangimentos da aproximação das atividades pecuárias aos aglomerados, coisa que na ausência do plano não será possível.

Quanto ao turismo, verifica-se que a oferta de alojamento turístico é ainda muito modesta - 36 camas em empreendimentos turísticos, e 107 camas em alojamento local, traduzindo-se numa capacidade total de 143 camas.

Na ausência do plano o concelho, e a cidade de Vendas Novas perde a possibilidade de revitalizar o setor turístico e cultural do município, tanto nas ofertas para a população residente como para turistas.

Deste modo, na ausência do plano o número de visitantes e de dormidas manter-se-á ou, no pior dos cenários, assistirá a uma descida e a estadias cada vez menos prolongadas. Os agentes de animação turística devem acusar a carência de uma rede de atividades complementares para vários públicos-alvo.

Mantendo o atual contexto, os recursos e valores naturais e ecológicos do município continuarão a ser subaproveitados como enquadramento de atividades turísticas e de lazer, como percursos pedestres, por exemplo.



Por fim, no que respeita o potencial humano, na ausência do plano, e tal como já foi abordado anteriormente, tanto o concelho como a cidade de Vendas Novas não terão as condições ideais para atrair e fixar a população em idade ativa, o que conduzirá a uma contínua perda de população jovem e ativa. No entanto, quanto à qualificação da população, é provável que esta assista a um aumento significativo tanto devido ao aumento da escolaridade obrigatória como à natural perda de população.

Caso o plano não seja executado, perder-se-á a oportunidade de reajustar o cenário de mercado de trabalho às atuais necessidades e às futuras preocupações. Dinamizar o mercado de trabalho no concelho não só permitirá registar uma taxa de desemprego menor, como irá possibilitar a subida do rendimento médio mensal da população.

Prevenção de Riscos e Mitigação das Alterações Climáticas

No que respeita os riscos naturais e tecnológicos, e de acordo com a análise do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, verifica-se que cerca de 25% do território tem elevada suscetibilidade aos riscos.

Mantendo-se o atual cenário vivido no concelho de Vendas Novas, potencia-se o aumento da escala dos problemas ambientais que decorrem dos riscos existentes, nomeadamente no contexto urbano. Embora os riscos urbanos abranjam uma pequena parte da área do concelho, facto é que os espaços urbanos e rodoviários da cidade de Vendas Novas constituem-se como um constrangimento à redução dos tempos de espera em situações de emergência. Assim, no caso de uma ocorrência em contexto urbano é muito provável que não se consiga diminuir os impactes gerados (e.g. perda de vidas humanas, perda de edificado, etc.).

No que concerne aos demais riscos tecnológicos e naturais, certamente que o concelho não estará preparado para fazer frente às consequências decorridas de novos riscos ou de novas magnitudes dos mesmos. Isto acontece, naturalmente, num cenário tão dinâmico como as alterações climáticas, por exemplo.

A ser verdade que o plano oferece uma oportunidade para se adaptar a classificação e uso do solo em conformidade com os riscos a que o concelho está suscetível, também é verdade que o plano constitui, por si só, uma base concreta da caracterização da população, modos de vida e necessidades que deverá ser considerada na revisão e alteração de instrumentos setoriais.

Quanto às alterações climáticas, verifica-se que os principais indicadores responsáveis pela avaliação da respetiva evolução, são direcionados para o país. É contudo possível assinalar uma tendência de aumento do consumo de água e eletricidade por habitantes ao nível do concelho.

A tendência apresentada pelo Observatório Nacional de Desertificação para o município de Vendas Novas corresponde a um agravamento acentuado do índice de aridez e aumento da suscetibilidade à desertificação.

À semelhança do sucedido com os riscos naturais e tecnológicos, também no âmbito das alterações climáticas, caso se mantenha o cenário atual, é provável que o município de Vendas Novas não esteja tão preparado quanto possível para mitigar os impactes daí decorrentes e, consequentemente, adaptar-se correta e gradualmente aos mesmos.

Por outro lado, e assistindo-se ao aumento de pretensões para a instalação de centrais de transformação de energias renováveis, estas devem também de ser contempladas no âmbito do PDM para que futuramente não constituírem focos críticos no território, à semelhança do que tem sucedido em outros municípios do Alentejo.



5. QUAIS OS EFEITOS DO PLANO E RECOMENDAÇÕES?

A análise efetuada ao nível dos temas fundamentais para a decisão evidencia que a Revisão do Plano Diretor Municipal se traduz num conjunto de oportunidades que contribuem para a efetiva concretização das orientações dos planos e programas que lhe servem de enquadramento, sendo que no que concerne aos riscos são identificadas situações que, se devidamente equacionadas, poderão ser minimizadas e mitigadas, como descrito de seguida:

Preservação dos Valores Ambientais, Patrimoniais, Naturais e Paisagísticos

No que respeita a qualidade ambiental, verifica-se uma dificuldade de responder a um conjunto de problemas ambientais através da revisão do PDM, como seja a progressiva poluição dos recursos hídricos, a menor disponibilidade hídrica, a degradação da qualidade do ar, o contínuo aumento de produção de resíduos, e a exposição a elevados níveis de ruído, incluindo em horários privilegiados para o descanso da população.

Contudo, assinala-se um conjunto de efeitos positivos, como sejam:

- Conservação e preservação dos recursos hídricos existentes, através da delimitação da Estrutura Ecológica Municipal e da integração da delimitação da Reserva Ecológica Nacional com a proposta de ordenamento.
- Adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas e de medidas consideradas “amigas do ambiente” e, assim, manter uma boa qualidade do ar.
- Reordenamento do perímetro urbano no sentido de minimizar os impactos dos elevados níveis de ruído junto à EN4.
- Estabelecimento ao nível da Estrutura Ecológica Municipal de faixas de proteção aos aglomerados urbanos – onde é interdita a instalação e ampliação de edifícios destinados a atividades agropecuárias, ao armazenamento de substâncias perigosas e a atividades industriais insalubres ou perigosas, bem com a atividade agrícola intensiva e superintensiva.

No que respeita o património, considera-se como uma oportunidade a identificação do património edificado existente no sentido de assegurar a sua preservação. Contudo, o reduzido número de imóveis classificados, pode conduzir à degradação do património edificado, e em última instância ao colapso de estruturas.

Neste sentido, procede-se à recomendação de elaborar a Carta Arqueológica do município e de promover a classificação do edifício da moagem e da Marconi como um todo (igreja e construções).

No que respeita os valores naturais e paisagísticos, foi assegurada a conservação das áreas de maior valor natural, identificadas através de levantamento próprio de habitats e espécies de fauna e flora – procedendo à classificação do Espaços Naturais e Paisagísticos com regulamentação muito restrita em termos de ocupação ou alteração de usos.

A Revisão do Plano Direto Municipal procede também à transposição das orientações do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo e do regime da Rede Natura 2000, para o Regulamento e Planta de Ordenamento - Riscos e Outros limites ao regime do uso.

Assiste-se de um modo geral à classificação e regulamentação dos usos, atendendo às condicionantes existentes (incluindo a Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional) e recursos naturais existentes, recorrendo também à delimitação da Estrutura Ecológica Municipal.

Afirmação e Valorização Urbana

No que respeita a população, reconhece-se que existem constrangimentos à renovação geracional, que a par do aumento da população idosa, são condicionantes para o desenvolvimento do município.

Porém, a Revisão do Plano Diretor Municipal integra propostas com reflexos na oferta de habitação, equipamentos e emprego contribuirá para a atração de população jovem e ativa.

No que respeita a habitação e requalificação urbana, antevê-se que a redefinição do perímetro urbano de Vendas Novas, valorizando a zona central, criando novas centralidades e promovendo atração de população, servirá de incentivo à requalificação do edificado existente, em detrimento de novas construções.

Neste contexto, assinala-se a importância da elaboração da Estratégia Local de Habitação (em curso), propondo a adoção de medidas de incentivo à requalificação do edificado existente, em detrimento de novas construções.

Ao nível dos equipamentos, o Plano Diretor Municipal prevê o aumento da procura de respostas sociais de apoio à 3ª idade, propondo-se promover parcerias público – privadas para o aumento de capacidade de resposta das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em curto médio prazo.

Por outro lado, assinala-se a necessidade de assegurar a dotação de equipamento urbano, como local de paragem e descanso apropriados (com sombras, atendendo às ondas de calor que se perspetivam) e instalações sanitárias públicas.

Dinamização Económica

No âmbito dos Espaços de Atividades Económicas e Infraestruturas de Apoio, a Proposta de Plano contribuirá para promover o concelho enquanto polo económico competitivo, e para a captação de investimentos capazes de gerar postos de trabalho. É, no entanto, importante assegurar a implementação do alargamento do Parque Industrial e promover a execução do terminal ferroviário de mercadorias.

Em termos de economia rural, a Proposta de Plano deve, através da classificação/qualificação do solo e flexibilização da regulamentação, contribuir para a captação de indústrias complementares à atividade agrícola. Por outro lado, verifica-se a proteção das áreas com potencial para a agricultura através da classificação dos Espaços Agrícolas, abrangendo as áreas de Reserva Agrícola Nacional e outras áreas com ocupação agrícola.

Assiste-se, em contrapartida, à adoção de medidas de proteção dos aglomerados urbanos às atividades pecuárias e agricultura intensiva, permitindo uma redução de situações de conflitualidade entre o crescimento da atividade agrícola e a segurança da saúde humana.

No que respeita o turismo, considera-se que os efeitos da Revisão do Plano Diretor Municipal na promoção do património edificado existente e valorização dos recursos ecológicos existentes, contribuirão para o crescimento dos recursos turísticos.

Propõe-se ao nível das medidas:



- Criar acordos de cooperação público-privado de modo a dar a conhecer ao cidadão comum o património existente e a respetiva história.
- Promover a elaboração e divulgação de um manual de boas práticas para usufruto dos espaços verdes e florestais.
- Promover a criação de percursos ecológicos, interpretativos e trilhos em solo rústico.

Por fim, no que respeita o potencial humano, recinhece-se a dificuldade do Plano Diretor Municipal dar resposta a graves problemas como o desemprego, perda da população ativa ou aumento da carência económica das famílias. Contudo, considera-se que a dinamização do mercado de trabalho, através da proposta de Espaços de Atividades Económicas, e da captação de indústrias complementares à atividade agrícola, servirá de importante incentivo ao crescimento e valorização da mão-de-obra.

Prevenção de Riscos e Mitigação das Alterações Climáticas

No que respeita os riscos naturais e tecnológicos, sem prejuízo da reduzida abrangência da Proposta de Plano em termos de prevenção e mitigação de alguns riscos, verifica-se que a elaboração da Planta de Riscos, a sua consideração na classificação/qualificação do solo e a sua regulamentação servirá para prevenir uma série de riscos.

Prevê-se um aumento da resiliência aos incêndios rurais, através da transposição da nova legislação relativa à proteção do Programa Nacional de Ação do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.

E destaca-se ainda o estabelecimento ao nível da Estrutura Ecológica Municipal de faixas de proteção aos aglomerados urbanos – onde é interdita a instalação e ampliação de edifícios destinados a atividades agropecuárias, ao armazenamento de substâncias perigosas e a atividades industriais insalubres ou perigosas, bem com a atividade agrícola intensiva e superintensiva.

Quanto às alterações climáticas, assinala-se o carácter supra-municipal do agravamento dos impactes das alterações climáticas, seja através do continuo aumento de emissões de gases com efeito de estufa, ineficiente consumo de água e energia, e crescente utilização de fontes de energia não renováveis para sistemas de aquecimento.

Verifica-se, porém, a articulação da Proposta de Plano com a implementação de medidas de adaptação e mitigação das alterações climáticas, e muito importante também, a regulamentação da instalação de centrais de produção de energia renovável.

São propostas várias medidas transversais com impactes na redução e mitigação das Alterações Climáticas:

- Aumentar a eficiência energética das habitações e dos edifícios públicos.
- Promover, no caso de novas edificações, a orientação correta dos edifícios para permitir a aplicação dos painéis de forma a obter uma maior e melhor eficiência energética.
- Implementar o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável de Vendas Novas.
- Implementar as orientações estratégicas do P-3AC.

- Averiguar o mapeamento de todos os furos ou recursos de água, que possam não se encontrar licenciados, de forma a possibilitar a sua utilização para consumo humano, em caso de necessidade.
- Promover o estabelecimento de circuitos pedonais e ligações em ciclovia, que permitam a deslocação a pé ou de bicicleta em condições de segurança e conforto, em detrimento de transporte automóvel (e do aumento de emissões de CO2).



6. QUAIS AS RAZÕES QUE JUSTIFICAM AS ALTERNATIVAS ESCOLHIDAS?

Não foram analisadas alternativas distintas para a conceção do quadro geral de ordenamento, apenas comparados os efeitos e medidas do Plano com a evolução na ausência de Plano, cenários alternativos já sintetizados nos pontos anteriores

7. COMO É MONITORIZADA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica é consubstanciada por um conjunto de medidas de controlo, que têm por fim identificar e corrigir atempadamente efeitos negativos que possam ocorrer no período de implementação do Plano Diretor Municipal.

Estas medidas de controlo correspondem a indicadores do sistema de monitorização da implementação, organizados em função dos temas fundamentais para a decisão, tal como são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 7.1 | Medidas de controlo relativas à Avaliação Ambiental Estratégica

FCD	Medidas de Controlo		
	Indicadores (e unidades de medida)	Fontes de informação*	Metas a alcançar (sentido de evolução)
FCD 1 - Preservação dos Valores Ambientais, Patrimoniais, Naturais e Paisagísticos	Qualidade da água superficial – classificação do estado global das massas de água (Desconhecido, Inferior a Bom e Bom e Superior)	APA – PGRH RH6 e RH5	↑ (aumento das massas de água com qualidade Bom e superior)
	Índice anual da qualidade do ar (Muito Bom, Bom, Médio, Fraco, Mau, Sem índice – n.º de dias)	APA	↑ (aumento do n.º de dias com qualidade de ar “Muito bom”)
	Bens patrimoniais classificados e em vias de classificação (n.º)	DGPC	↑ (aumento do n.º de bens patrimoniais classificados e em vias de classificação)
	Uso do solo – áreas agrícolas, florestais e meios semi-naturais (ha)	DGT (COS)	→ (manutenção das áreas agrícolas, florestais e meios semi-naturais)
	Espécies de flora e da fauna com estatuto de conservação (n.º)	ICNF	↑ (aumento do n.º de espécies de fauna e flora com estatuto de conservação)
	Afetação de habitats (ha, %) e alteração do estado de conservação de habitats naturais da Diretiva Habitats	ICNF	↓ (melhoria do estado de conservação dos habitats)
	<u>Afetação de espécies e das populações da flora e fauna (n.º de espécies afetadas, % de perda de habitat)</u>	<u>ICNF</u>	<u>↓</u> <u>(melhoria do estado de conservação das espécies)</u>
	Desafetações das áreas de RAN e REN (ha)	CMVN	→ (manutenção das áreas de RAN e REN)
FCD 2 – Afirmação e Valorização Urbana	Evolução da população residente (n.º de habitantes e %)	INE	↓ (diminuição da perda demográfica)



FCD	Medidas de Controlo		
	Indicadores (e unidades de medida)	Fontes de informação*	Metas a alcançar (sentido de evolução)
	Saldo migratório e saldo natural (n.º indivíduos)	INE	↑ (aumento do saldo migratório e do saldo natural)
	Alojamento de habitação social (n.º)	INE	↑ (aumento da oferta de alojamento de habitação social)
	Edifícios licenciados por tipo de obra (%)	INE	↓ (redução do peso da construção nova no n.º de edifícios licenciados)
	Taxa de ocupação das instituições de solidariedade social – ERPI (%)	Carta Social	↓ (redução da taxa de ocupação das ERPI abaixo de 100%)
FDC 3 – Dinamização Económica	Empresas com sede no concelho por CAE (n.º)	INE	↑ (aumento do n.º de empresas sedeadas no concelho)
	Empresas localizadas no Parque industrial de Vendas Novas e no espaço de atividades económicas de Landeira (n.º)	CMVN	↑ (aumento do n.º de empresas instaladas no Parque Industrial de Vendas Novas)
	Área florestal de produção e áreas de montado (ha)	DGT (COS)	↑ (aumento da área de montado)
	N.º e capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos (n.º de camas/utentes) e em estabelecimentos de alojamento local (n.º de utentes)	RNT (Turismo de Portugal, I.P.) / CMVN	↑ (aumento da capacidade do alojamento turístico)
	N.º de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico (INE)	INE	↑ (aumento das dormidas)
	População desempregada (hab) e taxa de desemprego (%)	INE	↓ (redução da população desempregada e da taxa de desempregada)
FCD 4 – Prevenção de Riscos e Mitigação das Alterações Climáticas	Área percorrida por incêndios (ha)	ICNF	↓ (redução da área percorrida por incêndios)
	Acidentes de viação com vítimas (n.º)	INE	↓ (redução do n.º de acidentes de viação com vítimas)
	Emissões de GEE (CO2 eq. (Mt))	APA	↓ (redução das emissões de GEE)

FCD	Medidas de Controlo		
	Indicadores (e unidades de medida)	Fontes de informação*	Metas a alcançar (sentido de evolução)
	Capitação do consumo de água (m3 per capita)	INE	↓ (redução do consumo de água por habitante)
	Índice de Seca - PDSI e SPI – n.º de meses em situações de seca	APA, Relatório de Estado do Ambiente – Portugal, 2020/21 in https://rea.apambiente.pt/content/seca	↓ (redução do n.º de meses em situação de seca)



8. QUAIS AS CONCLUSÕES FINAIS?

A avaliação ambiental efetuada revela que a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Vendas Novas constitui globalmente uma oportunidade para o desenvolvimento e valorização do município na medida em que contribui para a concretização de um vasto leque de objetivos constantes do enquadramento estratégico nacional e regional.

Em todos os temas fundamentais para a decisão foram identificadas as oportunidades criadas pelas propostas da revisão do Plano Diretor Municipal e estratégia que contribuem para a efetiva concretização das orientações do quadro regulamentar e estratégico nacional e regional, sendo que no que concerne aos riscos são identificadas situações que, se devidamente equacionadas, poderão ser minimizadas e mitigadas.

Neste sentido, é proposto um conjunto de recomendações para seguimento e gestão e de recomendações para o Plano.